



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6295

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Denominação de vias públicas, centros comunitários e de convívio, alas oftalmológicas, salas, etc

Autoria: Executivo Municipal

Data: 16/05/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 107/2006. Denomina o Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros “José Gonçalves Ulhôa”, localizado no Parque Florestal Guimarães Rosa. (Referente à Lei nº 3.617, de 24/07/2006).

Controle Interno – Caixa: 8.7

Posição: 24

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Denomina
Cx: 8.7
Ordem: 24
nº fls: 03



107/2006

04.07.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Denomina o Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros, “
José Gonçalves Ulhôa”.

MOVIMENTO

Entrada em – 16/05/2006

Comissão Legislação e Justiça e Vias e Logradouros Públicos

- 1 -
- 2 - *APROVAÇÃO EM ÚNICA EM. 04.07.2006*
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Cx. 8.7



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº _____/2006.

DENOMINA O CENTRO DE GESTÃO AMBIENTAL DE MONTES CLAROS.

O povo do Município de Montes Claros – MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros, obra em processo de construção no Parque Florestal Guimarães Rosa, passa a denominar-se oficialmente **Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros “José Gonçalves Ulhôa”**.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 28 de abril de 2006.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
 E JUSTIÇA
 EM 16 DE MAIO DE 2006
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE VIAS E LOGRA
 DOS PÙBLICOS
 EM 16 DE MAIO DE 2006
 PRESIDENTE

O presente Projeto de Lei,
 por não se inscrever
 entre as atribuições de
 competência privativa da
 Câmara Municipal
 definidas no artigo 40
 da Lei Orgânica Munici-
 cipal, é legal e consti-
 tucional.
 Beavifont - 07.06.06.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM DISCUSSÃO POR
 ÚNICA
 EM 08 DE JULHO DE 2006
 PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 28 de abril de 2006

Ofício nº. PJ/040/06

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade denominar o Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros, obra em processo de construção no Parque Florestal Guimarães Rosa, que passará a denominar-se oficialmente Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros “José Gonçalves Ulhôa”, ambientalista falecido .

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que, V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



Câmara Municipal de Montes Claros
SALA DAS COMISSÕES

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DENOMINAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº _____ / 2006 QUE “Denomina o Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros, “José GonçalvesUlhôa”, de autoria do Executivo Municipal.

I – RELATÓRIO

Nos termos do *art. 46, inciso IV, alínea “d”* do Regimento Interno desta Câmara Municipal, foi encaminhado à Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos, para exame e emissão de parecer, projeto de lei que **“Denomina o Centro de Gestão Ambiental de Montes Claros, “José GonçalvesUlhôa”, de autoria do Executivo Municipal.**

A esta Comissão cabe manifestar-se sobre matérias atinentes à denominação de vias, logradouros públicos ou próprios municipais, conforme dispõem os arts. 67 e 71, do Regimento Interno.

Após análise, a Comissão verificou que o projeto em questão atende às exigências previstas no art. 159, alterado pela Resolução nº 63 / 2005 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

II – CONCLUSÃO

Com as considerações apresentadas no relatório, a Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos emite parecer favorável à votação do referido projeto.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2006.

Ver. Raimundo Pereira da Silva
Presidente

Ver. Heráclides Gonçalves Filho
Vice – Presidente

Ver. Ruy Adriano Borges Muniz
Relator